

beração do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, IP, datada de 22 de outubro de 2015, autorizada a alteração da constituição do Júri n.º 5 de Ginecologia/ Obstetrícia, publicada no *Diário da República* n.º 15, 2.ª série, de 22 de janeiro, através do Aviso n.º 736/2015, nos seguintes termos:

Júri n.º 5 — ARS Centro

Presidente: Dr. Francisco José das Neves Cortez Vaz — Assistente Graduado Sénior — Centro Hospitalar Tondela — Viseu, E. P. E.

Vogais efetivos:

1.º Vogal — Dra. Isabel Maria Amaral Castanheira Torres de Albuquerque — Assistente Graduado — Centro Hospitalar Tondela — Viseu, E. P. E. (substitui o Presidente em caso de falta ou impedimento);

2.º Vogal — Dra. Maria Isabel Santos Silva — Assistente Graduado — Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E. P. E.

Vogais suplentes:

1.º Vogal — Dr. António Manuel Leitão Pipa — Assistente Graduado — Centro Hospitalar Tondela — Viseu, E. P. E.

2.º Vogal — Maria La Salette Ascensão Espírito Santo Almeida — Assistente Graduado — Centro Hospitalar Tondela — Viseu, E. P. E.

03-11-2015. — A Diretora do Departamento de Gestão e Administração Geral, *Manuela Carvalho*.

209157864

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.

Aviso n.º 14554/2015

Nos termos do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 214.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, por ser desconhecido o seu paradeiro, notifica-se Aurelian Tihon, trabalhador da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., colocado no Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Grande Porto III — Maia/Valongo, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, médico interno do internato médico de saúde pública, para apresentar a sua defesa no Processo Disciplinar n.º 1 ACESMV/USP/ARSNorte/14 que lhe foi instaurado, no prazo de 30 dias úteis, a contar da data da publicação no *Diário da República*, sendo que o processo contendo a acusação poderá ser consultado no horário normal de expediente, das 9 às 13 horas e das 14 às 16.30 horas, na Unidade de Saúde Pública do ACES do Grande Porto III — Maia/Valongo, sito na Avenida Visconde de Barreiros, s/n, na Maia.

2015-11-23. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Ponciano Manuel Castanheira de Oliveira*.

209156527

Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P.

Aviso (extrato) n.º 14555/2015

Torna-se público que nos termos do n.º 5 da cláusula 26.º do ACT que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento para postos de trabalho da carreira médica no âmbito das entidades prestadoras de cuidados de saúde que revistam natureza empresarial, foi por despacho do Sr. Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, IP, Dr. João Moura Reis, datado de 12 de novembro de 2015, homologada a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal simplificado aberto através do Aviso n.º 6904/2015 publicado no *Diário da República* 2.ª série n.º 119 de 22 de junho de 2015, para recrutamento de trabalhadores médicos com vista à celebração de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, para o preenchimento de 3 postos de trabalho da Carreira Médica da área de Cirurgia Geral, procedente do Despacho n.º 5952-A/2015, *Diário da República* n.º 106, de 2 de junho de 2015:

Nome	Classificação
1 — Nicole Patricia Carvalho Cardoso	18.16 valores
2 — Ana Filipa Oliveira Pereira Santos	17.98 valores
3 — Ruben Alexandre Fernandes Pereira Martins	17.08 valores
4 — Elsa Marisa Amorim e Silva	16.84 valores
5 — Sara Joana dos Santos Lopes Correia	16.74 valores

Nome	Classificação
6 — Ana Maria Conceição Correia Fonseca Monteiro	16.64 valores
7 — Mónica Russo Oliveira	16.08 valores
Ana Beatriz Pereira Abrantes Borges de Almeida . . .	a)
Elsa Cristina Gomes Francisco	a)
José Nuno Rodrigues Teixeira	a)
Raquel Maria Torres Sanchez	a)
Vítor José da Costa Simões	a)
Tiago de Queirós Bouça Ribeirinho Machado	a)

Notas

a) Candidato excluído por falta de comparência à entrevista.

A presente lista encontra-se disponível para consulta na página eletrónica desta ARS Algarve, IP, (www.arsalgarve.min-saude.pt).

18 de novembro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, IP, *Dr. João Manoel da Silva Moura dos Reis*.

209158341

Deliberação (extrato) n.º 2280/2015

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., datada de 19-11-15, ao abrigo do disposto nos artigos 280.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi autorizado o pedido de prorrogação da licença sem remuneração ao Técnico Superior José Carlos Capucho Queimado pertencente ao mapa de pessoal desta Administração Regional do Algarve, I. P., pelo período de 24 meses, produzindo os seus efeitos a 1 de janeiro de 2015 e atingindo o seu *terminus* a 31 de dezembro de 2017.

24 de novembro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *João Moura Reis*.

209158399

Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P.

Despacho n.º 14811/2015

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 20.º e nos n.ºs 9 e 11 do artigo 21.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, tendo presente o artigo 7.º da Portaria n.º 158/2012, de 22 de maio, torna-se público que o Conselho Diretivo do INEM, I. P. deliberou, em 28 de outubro de 2015, o seguinte:

1 — Designar, por proposta do júri do procedimento concursal, para exercer em regime de comissão de serviço, no cargo de dirigente intermédio de 1.º grau, Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, a licenciada Ana Paula da Silva Alexandre e Sousa.

2 — A presente designação fundamenta-se na reconhecida aptidão, competência técnica, experiência profissional e formação da visada, conforme resulta da nota curricular publicada em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a 29 de outubro de 2015.

Síntese Curricular

Dados Pessoais:

Nome: Ana Paula da Silva Alexandre e Sousa;

Data de Nascimento: 09 de setembro de 1969.

Formação académica:

Licenciatura em Gestão e Planeamento em Turismo pela Universidade de Aveiro;

Pós-Graduação em Marketing Management pelo IDEF — Instituto para o Desenvolvimento de Estudos Económicos, Financeiros e Empresariais, S. A.

Formação Profissional:

Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública pelo INA — Instituto Nacional de Administração, I. P., Lisboa (Portugal)

Experiência Profissional:

De agosto a outubro de 2015 — Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P., como Diretora em regime de substituição do Departamento de Gestão de Recursos Humanos;

De julho a agosto de 2015 — Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa, como Técnica Superior no Núcleo de Estruturação do Produto e Requalificação da Oferta;

De abril a julho de 2015 — DGAEP — Direção Geral da Administração e Emprego Público, como Técnica Superior na Direção de Serviços de Estatística e Emprego Público;

De janeiro a março 2015 — Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa, como Técnica Superior no Núcleo de Estruturação do Produto e Requalificação da Oferta;

De janeiro a dezembro de 2014 — Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, como Técnica Superior do Departamento de Recursos Humanos e Assessoria à Administração (Secretária);

De setembro a dezembro de 2013 — Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa, como Técnica Superior no Núcleo de Estruturação do Produto e Requalificação da Oferta;

De janeiro de 2009 a setembro de 2013 — Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, como Técnica superior no Gabinete de Apoio à Direção e Relações Públicas e Vogal da Direção da Rota de Vinhos do Tejo e da Associação Santarém Capital da Gastronomia;

De setembro de 1997 a janeiro de 2009 — Junta de Turismo da Costa do Estoril, como Técnica Superior no Departamento de Promoção e Marketing.

26 de novembro de 2015. — O Coordenador de Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, *Sérgio Silva*.

209156673

Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P.

Aviso n.º 14556/2015

Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de um (1) posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P., na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 30.º e do artigo 33.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (LTFP), torna-se público que, por Despacho da Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP (IPST, IP), de 16 de outubro de 2015, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicitação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho para a carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal do IPST, IP, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o exercício de funções no Setor de Relações Internacionais da Coordenação Nacional da Transplantação.

Em cumprimento do disposto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, e do artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014 de 26 de fevereiro, foi ouvida a entidade gestora do sistema de requalificação (INA), que, em 19 de novembro de 2014, declarou a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação com o perfil pretendido.

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à presente publicação, na página eletrónica do IPST, IP (www.ipst.pt), a partir da data da publicação no *Diário da República* e por extrato, no prazo máximo de três dias úteis contado da mesma data, em jornal de expansão nacional.

2 — Legislação aplicável — O presente procedimento concursal comum rege-se pelas disposições contidas na LTFP, na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e no Código do Procedimento Administrativo (CPA).

3 — Identificação e caracterização do posto de trabalho:

3.1. — Descrição das Atividades:

O posto de trabalho caracteriza-se pelo exercício de funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e/ou científica, nomeadamente: gestão e monitorização do Sistema Nacional de Biovigilância, e análise das notificações de incidentes e reações adversas graves definidos na Lei n.º 12/2009, de 26 de março; comunicação com a Comissão Europeia

e Entidades Congéneres, tendo em vista o intercâmbio de informações com entidades comunitárias e internacionais no domínio da transplantação, o envio à Comissão Europeia dos relatórios sobre as atividades desenvolvidas; elaboração de propostas com vista à regulamentação da implementação das Diretivas Europeias no âmbito das atividades desenvolvidas pela Coordenação Nacional da Transplantação; realização de auditorias aos serviços nacionais, em particular do IPST, IP, com vista à verificação do cumprimento das Diretivas Europeias aplicáveis às atividades com tecidos e células de origem humana; organização de ações de formação, em parceria com instituições nacionais e internacionais, direcionadas aos profissionais envolvidos nas atividades de doação, colheita, análise, processamento, armazenamento, e distribuição de tecidos e células de origem humana; representação do IPST, IP em reuniões e grupos de trabalho internacionais relativos às atividades com células e tecidos de origem humana, e área da doação e transplante de órgãos; e, participação em projetos europeus em parceria com as instâncias comunitárias e os demais parceiros europeus.

3.2. — Perfil de competências:

Competências Técnicas: Orientação para resultados, planeamento e organização e otimização de recursos;

Competências Pessoais: Relacionamento interpessoal, trabalho de equipa e cooperação; e,

Competências Concetuais ou Conhecimentos Específicos: Conhecimentos especializados e experiência, como se segue:

Formação Específica: Conhecimentos especializados na área a que se candidata, designadamente: normas e *guidelines* Europeias aplicáveis às atividades envolvendo as atividades com órgãos, tecidos e células. Conhecimento das Diretivas Europeias n.ºs 2010/53/EU; 2004/23/CE, 2006/17/CE, 2006/86/CE. Valorização de conhecimentos na área da Virologia, Imunologia, Microbiologia, Biologia Molecular, Bioestatística, Saúde Pública e Anatomia, bem como experiência na área a que se candidata. É requisito preferencial possuir um grau Pós-Graduado na área das Ciências Biomédicas.

Experiência Profissional: Valoriza-se: mínimo 5 anos de experiência em regulação e coordenação nacional das atividades de doação e transplantação na área dos tecidos e células, experiência nacional e internacional na área a que se candidata (auditorias, formação) e participação em projetos da Comissão Europeia.

4 — Âmbito do recrutamento: nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 4 do art.º 30.º e do art.º 33.º e seguintes da LTFP e do Despacho n.º 3047/2015-SEAP, de 8 de outubro de 2015, do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, podem candidatar-se ao presente procedimento concursal comum os trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado, trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público.

5 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o preenchimento do posto de trabalho a concurso e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

6 — Local de trabalho — o trabalhador desenvolverá a sua atividade profissional nas instalações do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP, sitas na Av. Miguel Bombarda, n.º 6, 1000-208 Lisboa, encontrando-se em qualquer circunstância adstrito às deslocações inerentes ao exercício das funções para que é contratado ou indispensáveis à sua formação profissional.

7 — Requisitos de admissão:

Podem ser admitidos ao presente procedimento concursal comum os candidatos que, até ao termo do prazo de entrega das candidaturas satisficam, cumulativamente, os requisitos seguintes:

7.1. — Reúnam os requisitos enunciados no artigo 17.º da LTFP:

- a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e,
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

7.2. — Sejam detentores de Licenciatura em Biologia Celular e Molecular — Ramo de Biomedicina.

8 — Impedimentos de admissão:

Em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 3 do art.º 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente:

- a) Se encontrem integrados por tempo indeterminado na carreira;
- b) Sejam titulares da categoria; e,